

Política e Sociedade Colonial Branca no Sul de Angola

O Caso das Terras Altas
da Huíla (1958-1975)

Bruno
Carvalho

Coleção Raiz do Tempo / Jovens Historiadores

Coordenação de Margarida Sobral Neto

Comissão científica:

Ana Isabel Ribeiro (Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra); **Dulce Freire** (Instituto de Ciências Sociais da Univ. de Lisboa); **Fernando Tavares Pimenta** (Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa); **Inês Amorim** (Faculdade de Letras da Univ. do Porto); **Jaime Gouveia** (Centro de História da Sociedade e da Cultura da Univ. de Coimbra); **Laurinda Abreu** (Universidade de Évora); **Maria Amélia Álvaro de Campos** (Centro de História da Sociedade e da Cultura da Univ. de Coimbra); **Maria Antónia Lopes** (Faculdade de Letras da Univ. de Coimbra); **Marina Monteiro Machado** (Faculdade de Ciências Económicas da Univ. do Estado do Rio de Janeiro)

Obras publicadas:

As finanças da Câmara Municipal de Coimbra (1601-1660)

José Luís Barbosa

A Génese do Exército Bizantino

O Stratēgikón de Maurício (284-602)

Gustavo Gonçalves

Política e Sociedade Colonial Branca no Sul de Angola.

O Caso das Terras Altas da Huíla (1958-1975)

Bruno Santos Carvalho

POLÍTICA E SOCIEDADE
COLONIAL BRANCA
NO SUL DE ANGOLA

COIMBRA
2021

BRUNO SANTOS CARVALHO

POLÍTICA E SOCIEDADE
COLONIAL BRANCA
NO SUL DE ANGOLA

O CASO DAS TERRAS ALTAS DA HUÍLA
(1958-1975)

Título: *Política e Sociedade Colonial Branca no Sul de Angola.*
O Caso das Terras Altas da Huila (1958-1975)

Autor: Bruno Santos Carvalho

Capa: Mafalda Maia

Fotografia: Ademar Rangel

© 2021 Terra Ocre – edições e Bruno Santos Carvalho

Direitos reservados por Terra Ocre, Lda.

Apartado 10032

3031-601 Coimbra

palimage@palimage.pt

www.palimage.pt

Data de edição: Março 2021

Edição impressa – ISBN: 978-989-703-262-2

Depósito Legal: 479125/21

Impressão: Líberis

Edição eletrónica – ISBN: 978-989-703-264-6



Palimage é uma marca editorial da Terra Ocre – edições

*Aos meus pais, Fernanda e Paulo Carvalho,
por serem um exemplo de esforço e dedicação.*

Em memória do meu avô.

Agradecimentos

Esta obra resulta do esforço de diversas pessoas, às quais deixo vastas palavras de apreço e gratidão.

Agradeço, em primeiro lugar, ao Professor Fernando Tavares Pimenta pelo seu empenho na orientação deste trabalho. As suas investigações e ensaios inseridos no âmbito do colonialismo português em África foram imprescindíveis para a elaboração deste livro. Estou grato pelas suas aulas e explicações, nas quais aprendi sobre novos temas e assuntos, aliciantes para qualquer estudante de História Contemporânea.

Agradeço, em seguida, aos meus colegas de mestrado, Bernardo, Diogo, Inês, José Nuno, Luís e Mariana. As nossas discussões sobre as diversas problemáticas inseridas na matéria do colonialismo e pós-colonialismo estimularam a realização deste trabalho.

Um sincero agradecimento ao Marco Cosme, ao Pedro Moreira, ao Pedro Silva, ao Pedro Tiago e ao Rafael Almeida. Com eles aprendi a crescer e a tornar-me na pessoa que sou hoje, sem dúvida que ficam para a memória e para a História. O nosso conluio moveu muitas pessoas e muitos projetos, espero que se mantenha no futuro.

Simultaneamente, agradeço aos meus amigos de curso e de Faculdade.

Deixo umas palavras destinadas aos Duros, um grupo de jovens estudantes que “viveu” durante o meu 2º ciclo de estudos. Sempre acreditaram no meu espírito de cooperação e liderança, espero ter assumido essas funções com a eficácia que desejavam.

Agradeço, em seguida, à Secção de Bilhar, fortaleci muitas amizades graças a este grupo e aprendi que a camaradagem acaba por prevalecer nos momentos mais difíceis, oxalá mantenhamos essas relações no futuro.

Um sincero obrigado a todos os que construíram uma relação de amizade dentro das paredes da instituição que me formou, a AAC. Independentemente das vontades e caprichos, irei sempre estimá-los pois fizeram parte de uma aventura que jamais esquecerei.

Um especial agradecimento a uma pessoa que me acompanhou desde o início deste ciclo de estudos até ao seu término. Atualmente, não nos revemos na mesma proximidade, no entanto, gostaria de reviver esses momentos. A publicação desta obra traduz-se num sucesso académico há muito ambicionado, e certamente foi alcançado fruto do apoio condicional de pessoas como esta. Consequentemente, considero que a chave para o sucesso reside numa simples palavra como “companhia”, e tal como nas “Cantigas de Maio”, esta é a minha rosa encarnada para que não caia em esquecimento lá para os baixos do jardim.

Agradeço aos que me veem crescer desde tenra idade. Apesar do nosso distanciamento, sempre mantiveram um certo carinho por mim e que se demonstrou essencial para a elaboração do trabalho de investigação. Especialmente, agradeço ao meu primo Manel que segue uma carreira profissional que cumpre o legado da nossa família, e que sempre manteve a ligação entre os grupos que nos diversificam. Realmente, sinto que sou acarinhado por todos e isso deve-se ao facto de serem pessoas fantásticas.

Obrigado Fidel Stefan, um colega e amigo de curso que não hesitou em ajudar-me na investigação quando tomou conhecimento do tema. prontamente, cedeu-me dois livros que foram pertinentes para a elaboração deste trabalho, não obstante fazerem parte da réstia da sua herança africana e da sua ligação com Angola. Esse ato de camaradagem não foi esquecido. Hoje, escrevo eu este livro, é e será uma herança para ti e para os teus.

Aproveito para agradecer a outro amigo de curso, o Gustavo Gonçalves. Foi imprescindível para o arranque desta obra, cedeu-me contactos e acompanhou esta publicação até ao fim. Refiro que, o Gustavo faz parte desta Coleção Raiz do Tempo, sendo por inerência um Jovem Historiador. Se porventura, este livro suscita o interesse do leitor, recomendo vivamente a leitura da sua obra: *A génese do Exército Bizantino: O Strategikon de Maurício (284-602)*.

Um especial agradecimento à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, uma Escola dotada de História e de um estudo intensivo das

ciências sociais, indispensáveis para a compreensão da vida humana. Desde o meu primeiro ano que me envolvi em diversos projetos, alguns duradouros, outros efêmeros, devido a ter ingressado nesta Escola onde paira um sentimento de dinâmica e irreverência.

Um profundo agradecimento aos meus pais, impossibilitados de ingressar um percurso acadêmico semelhante ao meu devido às responsabilidades que assumiram prematuramente. Á minha querida mãe, arquétipo de esforço e força de vontade. Certamente, uma história de vida que me inspira todos os dias e que me deu forças para a elaboração deste trabalho. Ao meu pai, amigo e confidente. Exigente na educação, nas palavras e na transmissão de conhecimento. Ensinou-me, desde muito novo, que os livros são a base da nossa aculturação. Considero que o “pilar” dos meus estudos se sucede com a publicação desta obra, no entanto, o mesmo não existira se fosse impossibilitado, pelas vicissitudes da vida, a existir sem os meus pais.

Agradeço à minha irmã, imprescindível desde o momento em que nasci, amiga de todas as horas que esteve presente no decorrer de toda a investigação. Atualmente, é uma profissional íntegra e exímia e deixa-me orgulhoso todos os dias. Agradeço à minha avó pela transmissão de valores e princípios, esta obra também toca no seu passado, aguardo atenciosamente pelas suas considerações sobre o tema. Ao meu avô, que jamais poderá visualizar este trabalho. O meu gosto por História prende-se pelas fábulas e histórias que me contava durante dias a fio. Atualmente, não consigo expressar o quanto estou grato por ser seu descendente. Agradeço, profundamente, aos meus avós paternos, ex. colonos em Angola que amavam a sua humilde casa no bairro da Cuca. Obrigado por me terem contado como foi, espero que esta obra espelhe a vossa quimera. Por fim, agradeço a todos os restantes familiares, tios e primos maternos e paternos. Todas as suas experiências de vida trouxeram a inspiração necessária para a elaboração desta obra. Cada um com a sua história e com as suas paixões, o vosso afeto é insubstituível.

Por fim, agradeço também à Palimage na pessoa do Dr. Jorge Fragoso, cujo profissionalismo revelou-se imprescindível para levar este projeto a bom porto. Agradeço, simultaneamente, à Professora Doutora Margarida Sobral Neto, diretora da Coleção Raiz do Tempo – Jovens Historiadores, pela oportunidade, cada vez mais rara, de os jovens investigadores divulgarem as suas investigações.

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	9
SIGLAS	15
PREFÁCIO	17

INTRODUÇÃO	21
------------	----

CAPÍTULO 1

O COLONIALISMO DE POVOAMENTO PORTUGUÊS EM ANGOLA: ESTADO DA QUESTÃO

1.1. Definição de <i>settler colonialism</i>	27
1.2. Estado da arte: a produção científica internacional	29
1.3. Estado da arte: produção científica angolana e portuguesa	35
1.4. Perspetivas de investigação	45

CAPÍTULO 2

A COLONIZAÇÃO BRANCA NO SUL DE ANGOLA: ELEMENTOS PARA UMA CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. Primeiras tentativas de colonização branca do sul de Angola	48
2.2. O povoamento bóer das Terras Altas da Huíla	51
2.3. A colonização madeirense das Terras Altas da Huíla	54
2.4. A governação de João de Almeida e a consolidação da presença portuguesa no sul de Angola	58
2.5. Panorama da colonização branca da Huíla durante a Primeira República	61
2.6. Panorama da colonização branca da Huíla durante o Estado Novo	63
2.7. Dificuldades e limites da colonização branca da Huíla	67

CAPÍTULO 3

O PROTESTO POLÍTICO DOS COLONOS BRANCOS NO SUL DE ANGOLA: ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1958

3.1. Antecedentes das eleições de 1958	71
3.2. As eleições de 1958. Candidatos, campanha e resultados eleitorais no Distrito da Huíla	79

3.3. O período pós-eleitoral. A reação do Estado Novo e o seu impacto no sul de Angola	88
CAPÍTULO 4	
A FUA E O PROTESTO POLÍTICO DOS COLONOS BRANCOS DURANTE A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA (1961-1974)	
4.1. O início do conflito armado e o seu impacto no sul de Angola	98
4.2. A Frente de Unidade Angolana (FUA)	105
4.3. Venâncio Guimarães Sobrinho e a “oposição interna” à administração colonial portuguesa	116
4.4. O Governo de Marcelo Caetano e o seu impacto no sul de Angola	123
CAPÍTULO 5	
O 25 DE ABRIL DE 1974 E O PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DO SUL DE ANGOLA	
5.1. O 25 de abril de 1974 em Angola	137
5.2. A reativação da FUA e o seu papel na descolonização de Angola	147
5.3. A guerra civil e o domínio da UNITA nas Terras Altas da Huíla	150
5.4. O êxodo final da população branca de Angola	156
CONCLUSÃO	161
BIBLIOGRAFIA	167
FONTES ARQUIVÍSTICAS	169
FONTES IMPRESSAS	170
FONTES IMPRESSAS DE CARÁCTER POLÍTICO-ADMINISTRATIVO	171
FONTES IMPRESSAS DE CARÁCTER MEMORALÍSTICO	171
IMPrensa	171
FONTES AUDIOVISUAIS	171
ANEXOS	173
Esboço da carta demográfica do distrito da Huíla, 1923	174
Mapa administrativo de Angola, 1960	175

Siglas

ANANGOLA – Associação dos Naturais de Angola
AN/TT – Arquivo Nacional/Torre do Tombo
APA – Aliança dos Povos de Angola
CDE – Comissão Democrática Eleitoral
CEUD – Comissão Eleitoral de Unidade Democrática
CONCP – Conferência dos Nacionalistas das Colónias Portuguesas
FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola
FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FDH – Frente Democrática da Huíla
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FRA – Frente de Resistência Angolana
FUA – Frente de Unidade Angolana
FULA – Frente Unida de Libertação de Angola
FUNA – Frente Unida Nacional de Angola
IARN – Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais
ICAO – Internacional Civil Aviation Organization
JSN – Junta da Salvação Nacional
LGTA – Liga Geral dos Trabalhadores de Angola
MDIA – Movimento para a Defesa dos Interesses de Angola
MDLA – Movimento Democrático de Libertação de Angola
MFA – Movimento das Forças Armadas
MINA – Movimento para a Independência Nacional de Angola
MLEC – Movimento de Libertação do Enclave de Cabinda
MLNA – Movimento de Libertação Nacional de Angola
MOPUA – Movimento Popular de Unidade Angolana
MPLA – Movimento Popular pela Libertação de Angola

MUD – Movimento de Unidade Democrática
NATO – Northern Atlantic Treaty Organization
OMA – Organização da Mulher Angolana
ONU – Organização das Nações Unidas
OSA – Organização Socialista de Angola
PCA – Partido Comunista Angolano
PCDA – Partido Cristão Democrático de Angola
PCP – Partido Comunista Português
PDA – Partido Democrático de Angola
PETRANGOL – Petróleos de Angola
PIM – Polícia de Informação Militar
PIDE/DGS – Polícia Internacional da Defesa do Estado/Direção Geral de
Segurança
PT – Partido do Trabalho
PUNA – Partido de Unidade Nacional de Angola
SADF – South African Defense Forces
SCA – Sociedade Cultural de Angola
SCCIA – Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola
UNA – União Nacional de Angola
UNITA – União Nacional pela Independência Total de Angola
UNTA – União Nacional dos Trabalhadores de Angola
UPA – União dos Povos de Angola

Prefácio

A história do colonialismo de povoamento europeu é uma área de estudos que tem emergido no panorama historiográfico internacional nas últimas décadas, com especial incidência nos meios académicos anglo-saxónicos¹. Particularmente relevantes no processo de autonomização científica dessa área de estudos foram os trabalhos editados por Patrick Wolfe² (1999), David Pearson³ (2001), Caroline Elkins e Susan Pedersen⁴ (2005), Annie Coombes⁵ (2006) e Lorenzo Veracini⁶ (2010). E, mais recentemente, tem vindo a lume um número cada vez maior de publicações, sendo disso exemplo a criação da revista *Settler Colonial Studies*, em 2011, bem como a edição da obra *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*, coordenada por Edward Cavanagh e Lorenzo Veracini⁷, em 2016.

Em contraste com o florescimento dessa historiografia internacional, o estudo dos estratos colonizadores de origem portuguesa no continente africano tem merecido pouca atenção por parte da historiografia nacional. De facto, a história da colonização portuguesa em África está ainda em larga medida por fazer, nomeadamente no que diz respeito à história dos

¹ Lorenzo Veracini, “Settler Colonialism: Career of a Concept”, *The Journal of Imperial and Commonwealth History*, vol. 41, n.º 2, 2013, pp. 313-333.

² Patrick Wolfe, *Settler Colonialism and the Transformation of Anthropology: The Politics and Poetics of an Ethnographic Event*. London: Cassell, 1999.

³ David Pearson, *The Politics of Ethnicity in Settler Societies*. Basingstoke: Palgrave, 2001.

⁴ Caroline Elkins; Susan Pedersen, *Settler Colonialism in the Twentieth Century: Projects, Practices, Legacies*. New York/London: Routledge, 2005.

⁵ Annie Coombes, *Rethinking Settler Colonialism: History and Memory in Australia, Canada, New Zealand and South Africa*. Manchester: Manchester University Press, 2006.

⁶ Lorenzo Veracini, *Settler Colonialism: A Theoretical Overview*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

⁷ Edward Cavanagh; Lorenzo Veracini, *The Routledge Handbook of the History of Settler Colonialism*. London/New York: Routledge, 2016.

colonos portugueses em Angola e em Moçambique. Com efeito, dispomos por enquanto de uma visão muito parcelar sobre o tema, ainda que nos últimos anos tenham sido dados alguns passos relevantes no sentido de uma maior problematização das questões relacionadas com a história das comunidades brancas em contexto colonial. A este respeito, ressaltamos o trabalho de Cláudia Castelo (2007)⁸ sobre as políticas e formas de povoamento praticadas pelos portugueses em África, bem como os nossos próprios estudos sobre a problemática das identidades sociais e dos comportamentos políticos dos colonos brancos tanto em Angola, como em Moçambique, chamando a atenção para a questão do nacionalismo euro-africano⁹.

É pois neste contexto historiográfico que se insere o livro de Bruno de Carvalho sobre a sociedade colonial do Sul de Angola, mais propriamente nas Terras Altas da Huíla. Livro esse que resulta da sua Dissertação de Mestrado em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, aprovada por unanimidade com dezanove valores em Fevereiro de 2020. Por meio de uma leitura rigorosa e crítica de um amplo e diversificado leque de fontes documentais, Bruno Carvalho traz novos conhecimentos sobre a estrutura e o funcionamento da sociedade colonial instituída pelos portugueses no planalto meridional de Angola, em especial na cidade do Lubango. O enfoque é simultaneamente económico-social e político, centrado na *agência* dos colonos brancos de origem portuguesa, sobretudo madeirenses, ali radicados desde a segunda metade do século XIX. De forma detalhada e perspicaz, Bruno Carvalho analisa o comportamento político dos colonos brancos, as suas reivindicações económicas e políticas, as suas relações de tensão e até mesmo de conflito com o poder colonial, as suas pretensões de controlo do aparelho do Estado. Nalguns casos, sobretudo durante os períodos eleitorais, as posições críticas dos colonos brancos evoluíram para situações de oposição aberta ao Estado Novo e à dominação colonial portuguesa, assumindo assim posições propriamente nacionalistas, sendo disso exemplo a formação da Frente de Uni-

⁸ Cláudia Castelo, *Passagens para África: O Povoamento de Angola e Moçambique com naturais da metrópole*. Porto: Afrontamento, 2007.

⁹ A este respeito, veja-se: Fernando Tavares – *Branco de Angola. Autonomismo e Nacionalismo (1900- 1961)*. Coimbra: Minerva, 2005; Fernando Tavares Pimenta, *Angola. Os Brancos e a Independência*. Porto: Afrontamento, 2008; Fernando Tavares Pimenta, *Branco de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*. Porto: Afrontamento, 2018.

dade Angolana (FUA) em 1961. É também objecto de reflexão a evolução do processo de descolonização no Sul de Angola, nomeadamente a relação com os movimentos nacionalistas africanos, os efeitos da guerra civil e o êxodo final da população branca em 1975.

Neste sentido, estamos perante um trabalho historiograficamente sólido, elaborado com grande rigor metodológico e inovador quanto aos conteúdos, cujo autor é um jovem investigador dotado de inegáveis qualidades, sobretudo no plano da pesquisa documental. Bem-haja Bruno Carvalho por este excelente contributo para a construção de um conhecimento mais lato e estruturado da história da colonização portuguesa em Angola.

Funchal, 26 de Novembro de 2020

Fernando Tavares Pimenta
Centro de Estudos Interdisciplinares
do Século XX
da Universidade de Coimbra

INTRODUÇÃO

Esta obra insere-se no âmbito dos estudos sobre o colonialismo de povoamento europeu – o chamado *settler colonialism* – em África, tendo em especial consideração o caso representado pela colonização portuguesa do sul de Angola, mais precisamente nas Terras Altas da Huíla. Trata-se de uma problemática de notável relevância histórica e ainda pouco trabalhada pelas historiografias portuguesa e angolana. A principal questão que pretendemos abordar ao longo do nosso trabalho prende-se com o comportamento político dos colonos brancos face ao regime colonial. A este respeito, a nossa tese é a de que o relacionamento entre os colonos brancos e o poder colonial foi caracterizado por fortes tensões políticas provocadas pelo centralismo político-económico do regime, pelas ineficiências da administração colonial, bem como por os entraves ao desenvolvimento económico do território e, no fundo, pelo enriquecimento da elite branca. Daí que as reivindicações dos colonos tivessem muitas das vezes uma base fundamentalmente do foro económico. Todavia, as tensões com o regime colonial também foram propiciadas pela pretensão dos colonos em obterem o controlo do aparelho do Estado colonial. Uma pretensão aliás comum a todas as colónias de povoamento europeu. De referir ainda que, essas tensões desembocaram em situações de oposição aberta ao regime colonial ou mesmo na assunção de posições nacionalistas, protagonizadas por certos setores da população branca e contrárias à manutenção da soberania portuguesa.

Em termos geográficos, optámos por focar apenas uma determinada região angolana, em virtude da imensidão do território dessa antiga colónia portuguesa. A nossa opção recaiu nas Terras Altas da Huíla, uma zona de planaltos elevados e de clima relativamente ameno no sul de Angola. Esta escolha foi motivada pelo facto de as Terras Altas da Huíla terem sido

uma das regiões angolanas onde o fenómeno da colonização branca foi mais intenso, tendo o povoamento iniciado de forma sistemática ainda no século XIX. Durante o Estado Novo, a Huíla era apresentada como um exemplo de sucesso da colonização portuguesa em Angola, constituindo a “prova” visível da capacidade de adaptação dos portugueses aos trópicos.

Relativamente à cronologia, optámos por incidir com particular ênfase na fase final dessa mesma colonização, mais precisamente no período compreendido entre 1958 e 1975. A adoção desta cronologia justifica-se por várias razões. Por um lado, a impossibilidade de analisar, com a necessária profundidade, todo o arco cronológico correspondente ao processo de colonização e de povoamento branco do sul de Angola (1849-1975)¹⁰. Por outro lado, foi nessa fase final que o protesto político dos colonos brancos adquiriu maior visibilidade no sul de Angola, sendo isso particularmente evidente a partir das eleições para a Presidência da República Portuguesa de 1958. Por fim, esta cronologia permiti-nos acompanhar a evolução do protesto político dos colonos – e as suas principais reivindicações no plano económico-social – ao longo dos treze anos de guerra colonial (1961-1974), bem como no biénio relativo à descolonização (1974/1975).

Em termos de estrutura, a obra está organizada em cinco capítulos, para além da introdução, da conclusão e da parte relativa às fontes e à bibliografia. No primeiro capítulo apresentamos o estado da arte relativamente à questão do colonialismo de povoamento português em África, inserindo-a no amplo debate internacional sobre a colonização europeia. No segundo capítulo abordamos as origens da colonização portuguesa do sul de Angola com o objetivo de operar uma contextualização histórica do processo de povoamento branco das Terras Altas da Huíla. Consideramos essa contextualização histórica necessária para uma melhor compreensão das características do protesto político dos colonos brancos a partir da década de 1950.

No terceiro capítulo analisamos o impacto político das eleições presidenciais portuguesas de 1958 no sul de Angola, tendo em especial consideração o comportamento das elites brancas da Huíla. É nosso objetivo entender

¹⁰ De referir, contudo, que no Capítulo 2 apresentamos o quadro geral e as principais linhas de força que caracterizaram a evolução da colonização portuguesa no sul de Angola desde meados do século XIX até ao período do Estado Novo. Apresentamos também os principais debates, de cariz historiográfico, antropológico e geográfico sobre esse mesmo processo de colonização.

o grau de incorporação política dos colonos no processo colonial, bem como as características do protesto político dos brancos de Angola. No quarto capítulo, o mais volumoso, analisamos a evolução do protesto político dos colonos brancos durante a guerra de independência de Angola, tendo em especial atenção o caso representado pela Frente de Unidade Angolana (FUA).

Simultaneamente, colocamos em perspectiva a governação colonial de Marcelo Caetano, salientando as reações da população branca às suas reformas no sentido da autonomização política das colónias. Por fim, no quinto capítulo abordamos o processo de descolonização de Angola, que resultou na dissolução da sociedade colonial estabelecida pelos portugueses na Huíla, sendo disso um sinal evidente o êxodo da população branca em 1975.

Importa referir que, para a elaboração desta tese utilizámos um conjunto lato de fontes e de bibliografia. A este respeito, destacamos a importância da documentação dos Arquivos António Oliveira Salazar e PIDE/DGS, que nos permitem perceber e melhor caracterizar a evolução da contestação e das reivindicações dos colonos brancos face ao regime colonial. Relativamente a estes dois arquivos, ambos à guarda do Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, consultámos os processos relativos a movimentos, figuras de opositores, nacionalistas angolanos, bem como os relatórios dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informação de Angola (SCCIA) referentes à atividade dos movimentos nacionalistas no sul de Angola. Analisámos, de igual modo, a propaganda e o material político produzido pelos movimentos políticos angolanos apreendidos pela polícia política portuguesa (por exemplo, o Programa da Frente de Unidade Angolana, FUA). Examinar algo palpável como os “panfletos subversivos” ou outro material difundido por essas organizações enriqueceu o nosso estudo porque permitiu clarificar o que definíamos enquanto reivindicações políticas dos colonos brancos. Por sua vez, os processos e registos prisionais da PIDE complementaram a nossa investigação. Nesta documentação observámos detalhes sobre acontecimentos e personalidades que não eram referidos em correspondências ou relatórios, mas cuja importância para a compreensão das movimentações nacionalistas nas Terras Altas da Huíla é fundamental. Não obstante, a consulta da correspondência entre diferentes níveis da administração colonial, inclusivamente cartas e relatórios enviados ao Presidente de Conselho de Ministros, uma análise que permitiu

consolidar esta problemática. Deste modo, conseguimos perceber a posição do Estado Novo face à emergência da causa nacionalista em Angola.

Dito isto, importa salientar o papel fundamental desempenhado pelas fontes periódicas para a realização deste estudo. Referimo-nos, particularmente, ao *Jornal da Huíla*, um dos principais órgãos da imprensa colonial do sul de Angola, cuja análise é indispensável para a compreensão da sociedade colonial no distrito da Huíla. Neste sentido, consideramos oportuno realizar algumas breves considerações sobre o uso da imprensa no processo de reconstrução histórica.

Primeiramente, devemos saber tratar o jornal como uma fonte que precisa ser lida à luz de um determinado contexto histórico, submetendo-a, portanto, a um processo de acurada crítica historiográfica. O historiador deve ter conhecimento das condições de produção e de financiamento do jornal, visto que quem financia a imprensa pode ter interesse político ou pessoal de omitir ou deturpar a informação. O historiador deve também perceber o público-alvo do jornal, tendo em consideração que o teor de muitos dos artigos publicados diz respeito ao mediatismo próprio da comunicação social.

Naturalmente, a presença da censura deve ser tida em consideração por quem analisa os jornais. No caso de Portugal e das suas colónias, as publicações periódicas contavam, na sua maioria, com a análise e retificação da censura desde o período da Ditadura Militar e até ao 25 de abril de 1974. Relativamente à recolha de informação, esta deve obedecer a uma metodologia rigorosa, havendo várias técnicas. Podemos considerar duas opções principais de pesquisa. Por um lado, podemos realizar uma análise sistemática, número a número, ao longo de um certo período. Por outro lado, podemos fazer uma pesquisa por sondagem, analisando apenas certos momentos-chave, o que implica resultados relativamente aleatórios. Entendendo a importância da imprensa para a nosso trabalho, optámos por fazer uma análise sistemática de todos os números do *Jornal da Huíla*, desde 1954 até 1975. Tendo em conta que se tratava de um semanário, analisámos 1.093 números, ao longo de mais de duas décadas, sendo a última edição datada de 25 de setembro de 1975.

No entanto, antes de procedermos à descrição do *Jornal da Huíla*, importa expor um relatório alusivo à situação dos órgãos de informação angolanos em 1957, que consultámos num dos processos do Arquivo An-

tónio Oliveira Salazar. Elaborado por Luís C. Lupi, este relatório descreve o panorama económico e político da imprensa em Angola. O autor considerava que a imprensa angolana movimentava largas quantias monetárias, talvez consequente do investimento dos patrões e empresários angolanos, e que empregava um número razoável de funcionários. Lupi, porém, fazia menção às queixas dos profissionais de imprensa angolanos. Estes sentiam-se revoltados com a chegada dos jornalistas metropolitanos que rapidamente tomavam posse dos cargos mais importantes, com renumerações elevadas e superiores às atribuídas aos jornalistas locais.

O relatório é acompanhado por uma esquematização pertinente para a análise da imprensa no sul de Angola no período pré-eleições de 1958. No quadro apresentado, o autor definiu os locais das sedes dos jornais e caracterizou cada um deles conforme as reivindicações das suas publicações e críticas que eram apresentadas e posteriormente censuradas pelas autoridades. Neste sentido, apuramos que, o jornal *A Voz do Planalto*, com sede em Nova Lisboa, era considerado o órgão de defesa da colonização nacional de Angola. *O Lobito*, sediado na cidade do Lobito, tinha um cariz meramente noticioso. O jornal *O Intransigente*, publicado em Benguela, defendia o nacionalismo angolano e fazia críticas veementes ao regime colonial. *O Jornal de Benguela* e o *Sul* eram, de acordo com o documento, órgãos de grande informação e com grande capacidade de mobilização da opinião pública. *O Namibe*, publicado em Moçâmedes, era um jornal que se considerava ao serviço do respetivo concelho. Por sua vez, o *Jornal da Huíla* e *A Huíla*¹¹, ambos publicados em Sá da Bandeira, tinham um cariz independente, libertos de qualquer “controlo político” por parte do governo, pelo que assumiriam uma postura crítica ao regime sempre que julgavam pertinente e oportuno¹².

No caso específico do *Jornal da Huíla*, constatamos que o seu proprietário e diretor – Venâncio Guimarães Sobrinho – foi uma das personalidades com mais destaque económico e político na região. Era o maior empresário do sul de Angola e um dos principais líderes da corrente autonomista entre os colonos brancos. Este facto é de grande relevância para a nossa pesquisa porque o nosso objetivo principal é o de compreender as características do protesto políticos dos brancos de Angola. Por outro lado, tendo financia-

¹¹ O jornal *A Huíla* era dirigido pelo Tenente-coronel Vitória Pereira.

¹² AOS/CO/UL -33, PT.2 - A informação e a formação da opinião pública em Angola e Moçambique. Lisboa, 1957.

mento privado por parte de um dos maiores empresários angolanos, o *Jornal da Huíla* pôde manter uma grande independência em relação ao Estado colonial, tal como indicado no relatório de Luís Lupi de 1957.

Todavia, na maioria das publicações encontramos a notificação das autoridades com o respetivo aviso de censura. Porém, a análise que fizemos dos conteúdos publicados nesse periódico demonstra que a ação da censura era bastante limitada, pois as críticas ao regime colonial foram sempre bastante incisivas. Deste modo, através da imprensa pudemos analisar a vida política colonial do sul de Angola e, simultaneamente, acompanhar os trabalhos do Conselho Legislativo de Angola, cujos debates foram amplamente reportados pelo *Jornal da Huíla*. Neste sentido, apuramos o comportamento dos representantes dos colonos brancos – e das associações económicas – no Conselho Legislativo, nomeadamente as suas posições críticas relativamente ao regime colonial. Por tudo isto, o *Jornal da Huíla* revelou-se uma fonte preciosa para a elaboração da nossa tese. Tanto quanto sabemos, fomos o primeiro a realizar uma análise sistemática desse jornal, cuja coleção foi consultada na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

Enfim, convém salientar que optámos por utilizar a toponímia colonial coeva do período analisado. Neste sentido, utilizámos a denominação colonial da capital do distrito da Huíla, Sá da Bandeira, e não a sua designação do período pós-colonial (Lubango). Surgem ainda ao longo do nosso trabalho outras denominações coloniais díspares das atuais, nomeadamente Nova Lisboa (Huambo), Moçâmedes (Namibe), Silva Porto (Kuito).